

## **A CRÍTICA DO DOCUMENTO DE MICHEL FOUCAULT: APONTAMENTOS SOBRE MODALIZAÇÃO EMPÍRICA EM ANÁLISE DO DISCURSO\***

THE *CRITICISM OF THE DOCUMENT* IN MICHEL FOUCAULT:  
REFLECTIONS ABOUT EMPIRICAL MODALIZATION IN DISCOURSE ANALYSIS

Alexandre Costa (UFG)\*\*

---

**RESUMO:** Neste artigo apresentamos uma hermenêutica objetivante da formulação teórico-metodológica da crítica do documento foucaultiana. Nosso objetivo é separar o gesto enunciativo historicamente marcado de *Arqueologia do saber* de seus postulados operacionais que conformariam os fundamentos das análises de discurso subsequentes. Nesse sentido, tomamos a terminalidade textual da obra foucaultiana no viés da historiografia linguística, evitando produzir uma análise do discurso teórico do autor. Trata-se, portanto, de retomar os conceitos e a aplicabilidade da arqueologia foucaultiana pela reprodução dos trechos textuais onde se apresentam e pela análise da coerência da lexicalização destes termos na hierarquia categorial e em sua proposta de cobertura empírica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crítica do documento. Modalização empírica. Análise do Discurso.

---

---

**ABSTRACT:** In this article we present an objectivating hermeneutic of the theoretical and methodological formulation of Foucault's criticism of the document. Our aim is to separate the historically marked enunciative gesture of *The Archaeology of Knowledge* from its operating assumptions that would conform the basis of the subsequent discourse analysis. In this sense, we take the textual terminality of Foucault's work on the perspective of linguistic historiography, avoiding the production of an analysis of the author's theoretical discourse. Therefore, we resume the concepts of the Foucaultian archaeology and their applicability through the reproduction of textual fragments where they are and through the analysis of the coherence of the lexicalization of these terms in categorical hierarchy and its proposal for empirical coverage.

**KEYWORDS:** Criticism of the document. Empirical modalization. Discourse analysis.

---

---

\* A reflexão aqui apresentada derivou-se da tese intitulada *Arqueologia da formação do professor: a nova ordem de discurso da educação nacional*, defendida pelo autor no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em 2007.

\*\* Professor Adjunto da Faculdade de Letras e do programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutor em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: alexanrs@uol.com.br.

## INTRODUÇÃO

O viés deste artigo é mais propriamente o de uma historiografia linguística que o de uma arqueologia foucaultiana ou o de uma análise do discurso. Ironicamente, no entanto, ao final da análise que propomos sobre a *crítica do documento* tal qual é apresentada em *A arqueologia do saber*, de Michel Foucault, seria mais difícil separar essas três áreas dos estudos da linguagem em termos de metodologia. Em última análise, entretanto, basta lembrar o compromisso da primeira abordagem que reconhece que o “objeto de estudo da Historiografia Linguística é o texto” na refração responsável de seu autor empírico (MILANI, 2008, p. 126). Não ultrapassaremos, de fato, a terminalidade textual dessa única obra de Foucault, ainda que sejam feitas referências contextuais e intertextuais na tarefa hermenêutica.

E não o faremos por entendermos que Michel Foucault sistematiza, ainda que de modo às vezes ambíguo e enviesado, os pressupostos teórico-metodológicos de uma análise de discurso de cunho documental<sup>1</sup> e, portanto, de uma historiografia linguística tal qual a entendemos. Falta-lhe um tratamento para questões discursivas de cunho etnográfico talvez, mas não totalmente, uma vez que essas também podem ser encontradas em suas categorias desde que se tenha a paciência de estabelecer as devidas homologias e a coragem temerária de pressupor e preencher lacunas. Salientemos, portanto, que esta discussão privilegia e se responsabiliza pela questão da crítica do documento, restando relacioná-la à etnografia noutro momento, uma demanda metodológica fundamental de uma análise de discurso que se ocupe do contexto e da interação.

O que se verá nas seções seguintes, então, será uma extensa retomada do próprio texto de Foucault, sempre repleta de restrições hermenêuticas. Retiraremos do discurso foucaultiano aquilo que, em termos bakhtinianos, ele tenha de efeito de acabamento estético em nome de uma objetivação que se pretende esclarecedora, ainda que reconheça o inevitável “empobrecimento” do gesto enunciativo ético, historicamente significativo. Fazer diferente já seria empreender uma análise do discurso e não uma reflexão teórico-metodológica<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> E isso apesar de o autor ter negado, posteriormente, esse caráter teórico-metodológico da obra, ou, pelo menos, sua permanência como tal.

<sup>2</sup> Nesse sentido, sempre que nos referirmos à obra *Arqueologia do saber*, após sua indicação inicial, usaremos as expressões “idem” e “ibidem”, resguardando a repetição de referência para todas as outras citações.

## 1 A CRÍTICA DO DOCUMENTO COMO MODALIZAÇÃO EMPÍRICA

A *crítica do documento* pertence, em princípio, aos estudos da História, mas foi problematizada e sistematizada por Foucault em seus estudos *arqueológicos*, cujo interesse era mais propriamente discursivo-epistemológico. Para o autor, esse tipo de tratamento de dados envolve organizar e recortar a massa documental, desprendendo a pesquisa de uma empiria dada *a priori* e tornando a constituição do objeto uma parte importante da análise. Essa perspectiva, que já vinha sendo compilada em suas obras anteriores, foi finalmente teorizada mais explicitamente em *A arqueologia do saber*, recebendo inclusive uma esclarecedora cobertura metafórica<sup>3</sup>:

[...] a história, em sua forma tradicional, se dispunha a "memorizar" os *monumentos* do passado, transformá-los em *documentos* e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifram rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. Havia um tempo em que a arqueologia, como disciplina dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; pode-se dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia – para a descrição intrínseca do monumento. (Foucault [1969] 2002, p. 7 – grifos do autor).

Nessa definição, o trabalho sobre o próprio "tecido documental" é a questão-chave estabelecida por Foucault, sobretudo com respeito à assunção radical da constitutividade dos recortes de pesquisa. De caráter marcadamente estruturalista, a metáfora teórico-metodológica da arqueologia como "descrição intrínseca do monumento" se mostrará tão produtiva quanto problemática: é produtiva porque põe em jogo as relações de "interioridade" e "exterioridade", fundamento operacional de análises discursivas; mas é problemática porque se esquivará sistematicamente da epistemologia estruturalista em prejuízo de sua objetividade.

Por um lado, essa reflexão sobre a pesquisa documental empírica se faz sob a influência de diferentes discussões da epistemologia, da história das idéias e da filosofia da história que o próprio autor nos apresenta. São as pesquisas de Bachelard sobre os "*atos liminares epistemológicos*", que questionam "o acúmulo indefinido dos conhecimentos" e propõem considerar a sucessão de diferentes tipos de racionalidade; os estudos de

---

<sup>3</sup> O que já é um caro princípio estruturalista, sobretudo na forma radical da sua adoção pelo autor.

Canguilhem sobre “campos de constituição e de validade”, de usos e regras da formação de conceitos; as análises de Guérout sobre a primazia das “coerências internas” de axiomas e cadeias dedutivas; e as formulações de Althusser sobre cortes teóricos que destacariam uma ciência de seu passado, convertendo-o em ideologia (idem, ibidem, p. 4-5). Por isso, Foucault pensa uma história que é, sobretudo, epistemológica e o faz sob o paradigma da *descontinuidade*, uma noção já presumível na operação de constituição da massa documental. Estabelece que o problema “não é mais a tradição e o rastro, mas o recorte e o limite; não é mais o fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos”. O autor, enfim, parte da premissa de que a filosofia da história, a qual se baseava no apagamento das rupturas dos processos que descrevia, era, então, enfrentada por uma nova perspectiva que se fundava justamente nos cortes provocados pela “irrupção dos acontecimentos” (idem, ibidem, p. 6).

Por outro lado, em par com a noção de *acontecimento*, suas análises são claramente influenciadas pelo estruturalismo. O entendimento de que as pesquisas históricas passavam pela contradição de ter de escolher entre a busca da linearidade ou da descontinuidade faz com que *a crítica do documento*, a operação deliberada de produção e de construção do próprio tecido documental, refrate o axioma saussuriano da *primazia do sistema*. Ao considerar os “documentos” como “monumentos”, a arqueologia de Foucault parece recuperar a polissemia ou a ambigüidade da noção de estrutura, conforme a discussão de Umberto Eco sobre os elementos fundamentais das obras dos mais importantes autores do debate e da problemática estruturalista. De Saussure a Benveniste e Hjelmslev, passando por Foucault, Barthes, Lacan e Lévi-Strauss, entre outros tantos, o semiólogo italiano vai ao detalhe de descrever e explicar a origem aristotélica da abordagem:

Há, portanto, em Aristóteles, uma clara oscilação entre *modelo estrutural* [...] e *objeto estruturado*: a mesma oscilação que encontraremos presente em todo discurso sobre as estruturas e cuja solução será determinante para a definição correta de uma metodologia “estruturalista”. Ou melhor, [...] as oscilações são duas: uma entre *aspecto ontológico* e *aspecto epistemológico*. [O modelo] é um “dado” ou um “posto”? (Acho-o na coisa ou aplico-o à coisa para torná-la inteligível?); outra, entre *aspecto concreto* e *aspecto abstrato*, entre objeto e modelo de objeto, entre indivíduo e universal. Se examinarmos a segunda oposição (entre uma “estrutura” entendida como substância – a coisa construída segundo relações sistemáticas de totalidade – e uma “estrutura” como rede de relações, complexo de relações, ordem que pode manter-se constante até no variar dos termos entre os quais se move) veremos que a oscilação reaparece em cada uma de nossas atividades de percepção e juízo em face dos objetos. [...] Exatamente porque elaboro modelos para definir objetos e refiro-me a objetos definindo-os por meio de modelos. (ECO, 2001, p. 256-257).

Ao que parece, a síntese das polêmicas epistemológicas do estruturalismo não pode

ser mais claramente definida do que o foi nas palavras finais da citação acima: *é justamente porque os “modelos” são elaborados para definir “objetos” e porque os “objetos” são referidos por meio de modelos que a sua objetivação é inescapável*. Essa ambigüidade da noção de estrutura, já presente na obra do filósofo grego e que, segundo o autor, foi uma constante no apogeu da epistemologia estruturalista na década de 1960, será encontrada também na arqueologia foucaultiana.

Para Foucault, um documento, como *enunciado*, seria tanto um “objeto estruturado”, um conjunto material e seus elementos, como um “modelo estrutural”, o conjunto de relações constituído pelo historiador; no entanto, todo documento, sendo um “objeto textual”, seria, ao mesmo tempo, um “acontecimento enunciativo”. Essa aparente confusão, na verdade, implica um jogo de relações entre diferentes instâncias tomadas como estruturas e acontecimentos. Basta pensar na própria metáfora proposta por Foucault: qualquer “monumento” se apresenta não apenas em seu “volume tridimensional físico”, como uma “coisa” e “um modelo”, mas também em sua proposição espaço-temporal como uma enunciação permanente. A metáfora explicativa de Foucault, como vemos, torna-se complexa e cifrada caso não se recupere seu evidente assentamento na epistemologia estruturalista<sup>4</sup>.

Além disso, a oposição de uma história da continuidade a outra que trabalha por *rupturas, quebras, cortes* e que, em certo sentido, é efeito de si mesma, é também uma crítica da Razão. Foucault parte da assunção de que o historiador deve operar ou produzir *descontinuidades* que, simultaneamente, seriam “instrumento e objeto de pesquisa” e delimitariam o “campo” do qual formariam um “efeito”; a *descontinuidade* é “um conceito operatório”, um “elemento positivo que determina seu objeto e valida sua análise” (idem, ibidem, p. 10-11). A crítica foucaultiana contrapor-se-á, então, a qualquer possibilidade de origem subjetiva ontológica, beirando o que poderia ser qualificado como uma “negação finalista”, “totalizante” e, portanto, contraditória à própria noção de ruptura<sup>5</sup>. Talvez um excesso que possa ser corrigido pela discussão bakhtiniana sobre a constituição do sujeito, conforme a apresentação de Geraldi (2008, p. 6): “Forçosamente somos agentivos: somente

---

<sup>4</sup> Pensemos aqui no clássico exemplo das pirâmides egípcias, na sua estrutura de “coisa” e na sua estrutura de “palavra” (signo) e em todas as instanciações discursivas que promovem há milhares de anos: como ponto turístico, como ilustração de livros de História, como paradigma constitutivo da própria forma monumental etc.

<sup>5</sup> Essa discussão é realizada, por exemplo, na análise sarcástica de Thomas Pavel, em *A miragem linguística: ensaio sobre a modernização intelectual* (1990). Sem entrar especificamente no mérito de tais ataques, é possível questionar se todo o movimento intelectual do estruturalismo francês não se constituía em um contexto quase “esquizofrênico” de heróis intelectuais que negavam absolutamente o solo epistemológico de seus lugares enunciativos. Esse era o caso não apenas de Foucault, mas também de Althusser, Derrida, Lévi-Strauss e Pêcheux.

agindo somos o que somos”.

O que mais nos interessa, no entanto, é a forma pela qual essa “desnaturalização” do valor do documento e da consciência subjetiva permite a Foucault derivar uma série de problemas teórico-metodológicos e seus desdobramentos sistemáticos: a constituição de *corpus*, a identificação dos níveis e métodos de análise pertinentes, a determinação de conjuntos e subconjuntos de acomodação dos dados e as relações que todos eles podem ensejar ou demandar. O autor vai insistir que esses problemas são derivados do “campo metodológico” da História, ainda que caibam, segundo ele mesmo, na “sigla do estruturalismo”. E é em sua própria obra que situa a origem da abordagem:

Neste ponto se determina uma empresa cujo perfil foi traçado por *Histoire de la Folie, Naissance de la Clinique, Les Mots et les Choses*, muito imperfeitamente. Trata-se de uma empresa pela qual se tenta medir as mutações que se operam, em geral, no domínio da história; empresa onde são postos em questão os métodos, os limites, os temas próprios da história das idéias; empresa pela qual se tenta desfazer as últimas sujeições antropológicas; empresa que quer, em troca, mostrar como essas sujeições puderam-se formar. Estas tarefas foram esboçadas em uma certa desordem, e sem que sua articulação geral fosse claramente definida. Era tempo de lhes dar coerência – ou, pelo menos, de colocá-las em prática.

[...] *Histoire de la Folie* dedicava uma parte bastante considerável, e aliás bem enigmática, ao que se designava como uma “experiência”, mostrando assim o quanto permanecíamos próximos de admitir um sujeito anônimo e geral da história. Em *Naissance de la Clinique*, o recurso à análise estrutural, tentado várias vezes, ameaçava subtrair a especificidade do problema colocado e o nível característico da arqueologia. Enfim, em *Les Mots et les Choses*, a ausência de balizagem metodológica permitiu que se acreditasse em análises em termos de totalidade cultural. (idem, ibidem, p. 17-19).

O princípio metodológico fundamental que Foucault deriva da revisão teórica de sua obra é a consideração de “uma população de acontecimentos dispersos”, o “discurso” no “jogo de sua instância” (idem, ibidem, p. 24; 28). Tomando os mesmos temas de suas pesquisas anteriores (como a Psicopatologia, a Medicina e a Economia Política), ele vai construindo suas ‘contradições produtivas’. Propõe-se a examinar o “conjunto de todos os enunciados efetivos”, como uma “dispersão de acontecimentos” e “na instância própria de cada um” (idem, ibidem, p. 30). A crítica do documento faz-se, então, pela assunção de que se trata de examinar enunciados, cuja propriedade fundamental é a de “acontecimento”:

[...] restituir ao enunciado sua singularidade de acontecimento e mostrar que a descontinuidade não é somente um desses grandes acidentes que produzem uma falha na geologia da história, mas já no simples fato do enunciado; faz-se, assim, com que ele surja em sua irrupção histórica; o que se tenta observar é essa incisão que ele constitui, essa irreduzível – e muito freqüentemente minúscula – emergência.

[...] um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. [...] um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas, por outro lado, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a conseqüências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o procedem e o seguem. (idem, ibidem, p. 32)<sup>6</sup>.

Eis o paradoxo da arqueologia foucaultiana. Pressupõe, explicitamente, que a descontinuidade histórica deriva da “irrupção” dos enunciados como “acontecimentos”, mas assume, entretanto, que isso ocorre em um “espaço” cuja regularidade pode ser estabelecida. A condição “correlativa” de enunciados e grupos de enunciados, seu “funcionamento mútuo” e sua “determinação recíproca” (idem, ibidem, p. 33) são, em outras palavras, uma condição estrutural. E o que vale para Foucault neste caso, vale também para os princípios da objetivação bakhtiniana<sup>7</sup>; assim como o autor russo, Foucault vai restringir o acontecimento enunciativo à sua posição na cadeia discursiva, no jogo de instanciação “interior” e “exterior” das relações entre os enunciados. A crítica do documento foucaultiano é, enfim, uma espécie de análise do discurso que pode ser operacionalmente definida em seus aspectos estruturais.

## 2 O RECORTE ARQUEOLÓGICO

Segundo a hermenêutica que vimos fazendo, a arqueologia é, portanto, uma análise da emergência dos enunciados como acontecimentos na superfície discursiva e uma tentativa de “descrever relações entre enunciados” que dê conta da descontinuidade imanente à própria noção de acontecimento (idem, ibidem, p. 33). Sempre com base em suas pesquisas anteriores, Foucault vai apresentar seu projeto usando como exemplos os

---

<sup>6</sup> Veja-se na definição de “enunciado” proposta por Foucault, sua coincidência com as considerações de Bakhtin, que também parte da eventicidade (2000, p. 316 – grifos nossos): “Um enunciado concreto é um elo na cadeia da comunicação verbal de uma dada esfera. As fronteiras desse enunciado determinam-se pela alternância dos sujeitos falantes. *Os enunciados não são indiferentes uns aos outros, refletem-se mutuamente. São precisamente esses reflexos recíprocos que lhes determinam o caráter.* O enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma determinada esfera comum da comunicação verbal”.

<sup>7</sup> Ainda que Bakhtin frise a *relatividade da estabilidade* dos gêneros, ou seja, uma “instabilidade relativa”, sua noção de gênero discursivo pode ser considerada como uma *objetivação da real eventicidade dos enunciados* (COSTA, 2008, p. 5).

temas já estudados e preservando a predileção epistemológica de seu enfoque. As categorias de sua abordagem são derivadas de uma especulação hipotética negativa sobre os possíveis efeitos de continuidade de elementos por ele já estudados:

Primeira hipótese: “[...] os enunciados, diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo *objeto*.”

Segunda hipótese: “[...] sua forma e seu tipo de encadeamento. [...] um certo estilo, um certo caráter constante da *enunciação*.”

Terceira hipótese: “[...] não se poderia estabelecer grupos de enunciados, determinando-lhes o sistema dos *conceitos* permanentes e coerentes que aí se encontram em jogo?”

Quarta hipótese: “[...] para reagrupar os enunciados, descrever seu encadeamento e explicar as formas unitárias sob as quais eles se apresentam: a identidade e a persistência dos *temas*.” (idem, ibidem, p. 36, 38, 39 e 40 – grifos nossos)

Cada uma das hipóteses é apresentada para ser rejeitada por uma mesma constatação. O que é constante, segundo o autor, não são os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos ou os temas, mas sim o que ele chama de “jogo de regras”. E o que vale como resposta para a primeira hipótese servirá às outras também:

*De modo paradoxal*, definir um conjunto de enunciados no que ele tem de individual consistiria em *descrever a dispersão desses objetos*, apreender todos os interstícios que os separam, medir as distâncias que reinam entre eles – em outras palavras, *formular sua lei de repartição*. (idem, ibidem, p. 37 – grifos nossos).

Como o próprio autor assume, seu raciocínio arqueológico é “paradoxal” e se funda na possibilidade de descrever “dispersões” por meio de “leis de repartição”. Do mesmo modo como, aparentemente, os objetos não formaram um domínio fechado, também não haverá normatividade enunciativa, as noções não serão definidas e as temáticas não permanecerão. Diante disso, Foucault tomará como tarefa a *descrição da regularidade da dispersão* desses elementos:

Daí a idéia de descrever essas dispersões [...] detectar uma regularidade: uma ordem em seu aparecimento sucessivo, correlações em sua simultaneidade, posições assinaláveis em um espaço comum, funcionamento recíproco, transformações ligadas e hierarquizadas. Tal análise não tentaria isolar, para descrever sua estrutura interna, pequenas ilhas de coerência; não se disporia a suspeitar e trazer à luz os conflitos latentes; mas estudaria formas de repartição. Ou ainda, em lugar de reconstituir *cadeias de inferência* (como se faz freqüentemente na história das ciências ou da filosofia), em lugar de estabelecer *quadros de diferenças*

(como fazem os lingüistas), descreveria *sistemas de dispersão*. (idem, ibidem, p. 43 – grifos do autor).

Não há como negar que o filósofo está certo: o paradoxo é a base de seu raciocínio teórico. A proposta de descrição de “sistemas de dispersão” em oposição a “quadros de diferenças” e a “cadeia de inferências” é contraditória<sup>8</sup>. A começar pelos objetivos que enseja: Como se pode detectar uma regularidade em uma dispersão? Como uma dispersão pode ter uma ordem e posições assinaláveis em um espaço comum? Como seu funcionamento pode ser recíproco e hierarquizado? Como, enfim, uma “dispersão” pode ser estudada como formas de repartição?

Há, no entanto, uma resposta simples para tamanho “desprendimento semântico” no uso terminológico de Foucault: o que ele pretende fazer, na verdade, é sistematizar a dispersão por meio de “quadros de diferenças” construídos por “cadeias de inferências”, conforme se pode depreender de suas definições de *formações discursivas* e de *regras de formação*:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*. [...] Chamaremos de *regras de formação* as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidades de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva. (idem, ibidem, p. 43-44).

O que Foucault nunca diz, e que é fundamental para entender seu raciocínio teórico, é que a definição de seus sistemas de dispersão que constituem suas formações discursivas depende da localização ou da produção de “sistemas de diferenças” (estruturas), os quais se relacionam por “cadeias de inferências”. Em outras palavras, a expressão “feixes de relações”, que ele usará para comentar a constituição de cada um dos elementos das formações, como veremos a seguir, só pode significar a inferência de relações hierarquizadas de “sistemas de referentes” e de “sistemas de significantes”, ambos rejeitados pelo discurso teórico do autor.

Assim, na descrição dos aspectos particulares de sua teoria, Foucault começa por dizer que vai dar “conteúdo às regras de formação”, e isso significa que vai tratar de cada um dos elementos indicados para uma formação discursiva a partir de seus temas preferidos. Na formação dos objetos, por exemplo, toma como “conteúdo” o “discurso da

---

<sup>8</sup> Pavel (1990, p. 133) define a expressão “sistema de dispersão” como um oxímoro, no que tem toda razão.

psicopatologia a partir do século XIX [...] e a colocação de um novo modo de exclusão e de inserção do louco no hospital psiquiátrico” (idem, ibidem, p. 46). Nesse contexto, o autor examina a constituição da dispersão dos objetos que matizaram a loucura e propõe os seguintes níveis de análise: *superfícies de emergência* (a família, o grupo social próximo, o meio de trabalho, a comunidade religiosa, a arte e a penalidade), *instâncias de delimitação* (a Medicina, a Justiça, a autoridade religiosa, a crítica literária e a artística) e *grades de especificação* (a alma, o corpo, as histórias de vida e os jogos de relações neuropsicológicas). E, dados esses elementos, pergunta-se:

*E como podemos falar de um “sistema de formação” se conhecemos apenas uma série de determinações diferentes e heterogêneas, sem ligações ou relações assinaláveis? [...] Se, em nossa sociedade, em uma época determinada, o delinqüente foi psicologizado e patologizado, se a conduta transgressora pôde dar lugar a toda uma série de objetos de saber, deve-se ao fato de que, no discurso psiquiátrico, foi empregado um conjunto de relações determinadas. Relação entre planos de especificação, como as categorias penais e os graus de responsabilidade diminuída, e planos psicológicos de caracterização (as faculdades, as aptidões, os graus de desenvolvimento ou de involução, os modos de reagir ao meio, os tipos de caracteres adquiridos, inatos ou hereditários). Relação entre a instância de decisão médica e a instância de decisão judiciária [...] Relação entre o filtro constituído pela interrogação judiciária [...] e o filtro constituído pelo questionário médico [...] Relação entre a restrição terapêutica no meio hospitalar [...] e a restrição punitiva na prisão. [...] o discurso psiquiátrico, no século XIX, caracteriza-se não por objetos privilegiados, mas pela maneira pela qual forma seus objetos, de resto muito dispersos. (idem, ibidem, p. 49-50 – grifos nossos).*

Já nesse primeiro nível de verticalização teórica percebem-se os méritos e os limites da abordagem arqueológica. Por um lado, Foucault abre um leque estupendo de possibilidades analíticas, mas, por outro, apresenta-as de forma parcialmente sobreposta e até contraditória. A começar pelos níveis de análise, nos quais elementos tão díspares como “grupamentos sociais” (a “família”) e “sistemas de normas” (a “penalidade”) são postos em equivalência, podendo o último pertencer ao nível seguinte (“instâncias de delimitação”)<sup>9</sup>. Além disso, como também se vê na descrição dessa “série de determinações diferentes e heterogêneas”, todos os elementos se cruzam e se sobrepõem, fazendo com que o esquema analítico-descritivo de formação dos objetos sofra do mesmo mal da “lista de animais” do conto de Borges que autor comenta em *As palavras e as coisas*: arruína-se a “tábua de trabalho” (FOUCAULT, 1992, p. 7).

Mais ainda, quando o autor comenta, por exemplo, a relação entre os filtros da “interrogação judiciária” e do “questionário médico”, já está trabalhando com sistemas de diferença. Não há como compreender e operar com nenhum dos dois gêneros sem, em

---

<sup>9</sup> Veja-se, por exemplo, que as famílias têm também seus sistemas de penalidade.

alguma medida, recortá-los nos seus respectivos sistemas de gêneros institucionais e, depois, na correlação entre os dois sistemas, sincrônica e diacronicamente (já que Foucault trabalha com a mutação dos objetos ao longo do tempo também). E, finalmente, uma vez que toda análise é relativa à correlação de diferentes sistemas de relações sociais e lingüísticas, sincrônica e diacronicamente, o estudo desses sistemas de diferenças implica os estudo das cadeias de inferências que se operam no meio da dispersão, em cada sistema e subsistema de que se compõe. Em outras palavras, a consideração de certos elementos em determinadas análises, tomados em sua condição de sistemas de dispersão, não elimina o fato de que, fora desse sistema de dispersão recortado pelo analista, cada um desses elementos possa também ser considerado em sua constituição por meio de cadeias de inferência. Basta entendermos, por exemplo, que gêneros como o “questionário médico” e a “interrogação judiciária”, antes de se cruzarem em determinada instância, tiveram seus percursos constitutivos particulares inclusive com relação às cadeias de inferências dos conceitos que contêm ou de que se formam. Além disso, enfim, também formam sistemas de diferença com outros gêneros de suas instituições particulares.

E, apesar disso, a conclusão de Foucault sobre tamanho problema teórico-metodológico resolve-se de maneira simples, pelo desprezo das complicações apresentadas acima:

Essa formação é assegurada por um conjunto de relações estabelecidas entre instâncias de emergência, de delimitação e de especificação. Diremos, pois, que uma formação discursiva se define (pelo menos quanto a seus objetos) se se puder estabelecer um conjunto semelhante; se se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra seu lugar e sua lei de aparecimento; se se puder mostrar que ele pode dar origem, simultânea ou sucessivamente, a objetos que se excluem, sem que ele próprio tenha que se modificar. (idem, ibidem, p. 50-51).

Essa “lei de aparecimento” é definida mais adiante como “as condições positivas de um feixe complexo de relações”, estabelecidas “entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamento, sistemas de normas, tipos de classificação, modos de caracterização”. E, apesar de esses elementos formarem a condição positiva do aparecimento dos objetos, sendo muitos deles compostos de enunciados e todos eles dependentes das conexões entre os enunciados, o autor faz a seguinte negação da definição das relações enunciativas:

Elas não definem a constituição interna do objeto, mas o que lhe permite aparecer, justapor-se a outros objetos, situar-se em relação a eles, definir sua diferenciação a outros objetos, situar-se em relação a eles, definir sua diferença, sua irredutibilidade e, eventualmente, sua heterogeneidade; enfim, ser colocado em um campo de exterioridade. (idem, ibidem, p. 51).

Eis aí o “golpe de misericórdia” na objetividade da arqueologia, tal como é “sistematizada” por Foucault. Além de negar a necessidade de ter de constituir também os sistemas de elementos que correlaciona, Foucault ainda rejeita a relação de constituição recíproca entre a estrutura “interior” e “exterior” dos enunciados e de seus elementos. Uma opção surpreendente que o próprio autor explicita:

As relações discursivas, como se vê, não são internas ao discurso [...] mas não são relações externas ao discurso [...] Elas estão, de alguma maneira, no limite do discurso [...] determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou quais objetos, para poder abordá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los. Essas relações caracterizam não a língua que o discurso utiliza, não as circunstâncias em que ele se desenvolve, mas o próprio discurso enquanto prática. (idem, *ibidem*, p. 52-53).

Fica claro, portanto, que Foucault rejeita qualquer homologia entre o que seja o discurso e suas instâncias exteriores, onde ele se forma ou contra as quais se forma. Ao mesmo tempo em que demonstra a total dependência que a demarcação das regras tem com relação a sistemas de significantes e de referentes, o autor estabelece, por “decreto epistemológico”, que o discurso é uma “prática” que se define como isenta de tudo aquilo que lhe serve de constituição. Esse “malabarismo teórico” é o que Pavel (1990, p. 18-21) chama de “efeito de estilo” e de “retórica barroca”, no sentido de que o discurso teórico parece se esforçar para esconder o essencial. Ao fim e ao cabo, dadas as definições e relações elencadas acima, ao sujeito do discurso teórico tudo seria possível. Apesar da riqueza de elementos postos sob análise, o analista tem o que esse mesmo crítico chama de recurso de esquivia empírico-transcendental<sup>10</sup>, conforme se pode perceber nesta definição de Foucault (idem, *ibidem*, p. 53): o “conjunto de *regras* que são imanentes a uma prática e a definem em sua especificidade” é sempre aberto a qualquer recorte de descontinuidade, uma vez que não se lhe exige nem rigor lógico nem comprovação empírica.

Contudo, e apesar desse abismo de coerência operacional, as categorias analíticas e os temas foucaultianos serão profundamente importantes para as diferentes análises do discurso, quer mantenham as “astúcias teóricas” criticadas, quer se esforcem para superá-las. Admitidas as demandas do trabalho com sistemas de diferenças e com cadeias de inferências, todas as categorias apresentadas por Foucault na análise da formação dos objetos são muito produtivas. Do mesmo modo, a noção paradoxal de “sistemas de dispersão” não perderá seu valor se for possível admitir, operacionalmente, que se trata do resultado incompleto de procedimentos descritivo-explicativos precariamente formados para

---

<sup>10</sup> A qual, segundo Pavel, foi criada pelo próprio Foucault.

fins específicos. O grande valor da perspectiva da arqueologia foucaultiana não é a sua condição operativa ou o rigor e a validade que possam gerar, mas o conjunto de complexidades que permite ver. Guardadas as devidas diferenças e possíveis polêmicas hermenêuticas, a consideração dos feixes de relações da densidade discursiva de Foucault em nada acrescenta, teórica e metodologicamente, aos feixes de relações da densidade dialógica de Bakhtin (2000)<sup>11</sup>. No entanto, os percursos temáticos e a plêiade de exemplos do funcionamento discursivo da modernidade que o filósofo francês apresenta despejaram “toneladas” de empiria e de problemas teóricos, funcionando como um poderoso catalisador de pesquisas sociais e discursivas. Assim, ainda que a blasfêmia seja pesada, seria possível dizer que, se Bakhtin pode ser considerado o verdadeiro “Pai” das análises do discurso, tal como as vemos hoje, Foucault foi sem dúvida seu “Espírito Santo”.

Não é o caso, portanto, de avaliarem-se os limites da proposta foucaultiana nem pela crença na possibilidade de totalização da descrição e da explicação de objetos muito complexos, nem pelo seu abandono, com a opção por abordagens sempre maximamente reducionistas<sup>12</sup>. Trata-se, isso sim, de operacionalizar a assunção que o próprio autor apresenta:

[...] não são os objetos que permanecem constantes, nem o domínio que formam; nem mesmo seu ponto de emergência ou seu modo de caracterização; mas o estabelecimento de relação entre as superfícies em que podem aparecer, em que podem ser delimitados, analisados e especificados. (idem, ibidem, p. 53).

É essa, enfim, a tarefa de uma análise do discurso, desde que se admitam coerentemente as necessidades que enseja: trabalhar também com sistemas de diferenças e cadeias de inferências, por um lado; cuidar do nível de precariedade dos resultados pelo controle entre a expansão da complexidade e o rigor do tratamento. A descrição da formação de objetos de um discurso, portanto, pressupõe sim a análise de uma prática por meio da delimitação de uma organização lexical e da escansão de um campo semântico, como o autor rejeitava, entre outras possibilidades<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> Ver nota 6.

<sup>12</sup> Fosse assim, os estudos da Física no nível subatômico ou no das grandezas imensuráveis do universo seriam “problemas insolúveis”. Neste aspecto, Bachelard (1989, p 17) nos remete para o reexame dos “*a priori*” dos modelos teóricos numa perspectiva que ele chama de “epistemologia discursiva”.

<sup>13</sup> A ironia de Foucault não se sustenta nesse caso (idem, ibidem, p. 55): “A sagacidade dos críticos não se enganou: de uma análise como a que empreendo, as *palavras* estão tão deliberadamente ausentes quanto as próprias *coisas*; não há nem descrição de um vocabulário nem recursos à plenitude viva da experiência”.

### 3 CATEGORIZAÇÕES ARQUEOLÓGICAS

Isso posto, na aproximação à arqueologia foucaultiana, devem-se destacar ainda elementos e níveis de análise relativos aos outros componentes das formações discursivas, conforme são apresentados pelo autor. Todos contêm, em algum grau, os mesmos problemas de sobreposição e indefinição operacional mais rigorosa, mas, apesar disso, merecem a pena da reprodução por reconstituírem à arqueologia foucaultiana a riqueza empírico-especulativa que animará todos os projetos das análises do discurso que lhe seguirão. São os seguintes.

a) Na formação de modalidades enunciativas:

[...] quem fala? [...] Quem é seu titular? [...] Qual é o status dos indivíduos que têm – e apenas eles – o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso?

[...] É preciso descrever também os *lugares institucionais* de onde o médico obtém seu discurso, e onde encontra sua origem legítima e seu ponto de aplicação (seus objetos específicos e seus instrumentos de verificação). [...] o hospital [...]; a prática privada [...]; o laboratório [...]; a “biblioteca”.

[...] As posições de sujeito se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos [...] o sujeito que questiona [...] que observa [...] utiliza intermediários instrumentais [...].(idem, ibidem, p. 57-59 – grifos do autor).

b) Na formação dos conceitos:

[...] formas de *sucessão* e, entre elas, as diversas *disposições das séries enunciativas* (quer seja a ordem das inferências, das implicações sucessivas, e dos raciocínios demonstrativos; ou a ordem das descrições, os esquemas de generalização ou de especificação progressiva aos quais obedecem, as distribuições espaciais que percorrem; ou a ordem das narrativas e a maneira pela qual os acontecimentos do tempo estão repartidos na seqüência linear dos enunciados); os diversos *tipos de correlação do enunciados* [...]; os diversos *esquemas retóricos* segundo os quais se pode combinar grupos de enunciados [encadeamento de descrições, deduções, definições, cuja seqüência caracteriza a arquitetura de um texto].

[...] formas de coexistência. [...] um *campo de presença* ([...] todos os enunciados já formulados em alguma outra parte e que são retomados em um discurso a título de verdade admitida, de descrição exata, de raciocínio fundado ou de pressuposto necessário, e também os que são criticados, discutidos e julgados assim como os que são rejeitados ou excluídos); [...] as relações instauradas podem ser da ordem da verificação experimental, da validação lógica, da repetição pura e simples, da aceitação justificada pela tradição e pela autoridade, do comentário, da busca das significações ocultas, da análise do erro; [...] explícitas [...] ou implícitas [...].

[...] *campo de concomitância* ([...] enunciados que se referem a domínios de objetos inteiramente diferentes e que pertencem a tipos de discurso totalmente diversos, mas que atuam entre os enunciados estudados, seja porque valem como confirmação analógica, seja porque valem como princípio geral e como premissas aceitas para um raciocínio, ou porque valem como modelos que podemos transferir a outros conteúdos, ou ainda porque funcionam como instância superior com a qual é preciso confrontar e submeter, pelo menos, algumas proposições que são afirmadas) [...].

[...] *domínio de memória* (trata-se de enunciados que não são mais aceitos nem admitidos nem discutidos, que não definem mais, conseqüentemente, nem um corpo de verdades nem um domínio de validade, mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica).

[...] procedimentos de intervenção [...] técnicas de reescrita [...] métodos de transcrição [...] modos de tradução [...].(idem, ibidem, p. 63-66 – grifos do autor)<sup>14</sup>.

### c) Na formação de estratégias:

Determinar os *pontos de difração* possíveis do discurso. [...] pontos de incompatibilidade [...] de equivalência [...] [de] alternativa [...] pontos de ligação de uma sistematização [...].

[...] descrever instâncias específicas de decisão: [...] o papel desempenhado pelo discurso estudado em relação aos que lhe são contemporâneos e vizinhos. [...] [relações] de analogia, de oposição, ou de complementaridade com alguns outros discursos [...] relações de delimitação recíproca [...].

[...] função que deve exercer o discurso estudado *em um campo de práticas não discursivas*. [...] o *regime e o processo de apropriação* do discurso [...] *posições possíveis do desejo* em relação ao discurso [...].(idem, ibidem, p. 73-75 – grifos do autor).

Assim, dados mais esses níveis de complexidade empírica e analítica, com a liberdade de método e rigor que Foucault atribui a si mesmo, conclui que por um “sistema de formação, é preciso, pois, compreender um feixe complexo de relações que funcionam como regra”. A prescrição de tal sistema deveria ser, então, correlacionada “em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou qual objeto, para que empregue tal ou qual enunciação, para que utilize tal ou qual conceito, para que organize tal ou qual estratégia”. O “sistema de dispersão” em que se encontram os enunciados seria, assim, reduzido pelo “sistema de formação” à “regularidade de uma prática”, ao longo de um “esquema de correspondência entre diversas séries temporais”:

O que se descreve como “sistemas de formação” não constitui a etapa final dos discursos, se por este termo entende-se os textos (ou as falas) tais como se apresentam com seu vocabulário, sintaxe, estrutura lógica ou

---

<sup>14</sup> Veja-se, com efeito, que, no primeiro bloco deste item, Foucault considera a importância das cadeias de inferência como condição de sua análise.

organização retórica. A análise permanece aquém desse nível manifesto, que é o da construção acabada: definindo o princípio de distribuição dos objetos em um discurso, ela não dá conta de todas as suas conexões, de sua estrutura delicada, nem de suas subdivisões internas; buscando a lei de dispersão dos conceitos, não dá conta de todos os processos de elaboração, nem de todas as cadeias dedutivas nas quais eles podem figurar; se ela estuda as modalidades de enunciação, não põe em questão nem o estilo, nem o encadeamento em frases; em suma, deixa em pontilhado a disposição final do texto. (idem, ibidem, p. 82; 84).

A objeção aqui é a seguinte: não é possível, de modo algum, evitar todos os elementos que Foucault rejeita acima, uma vez que, afinal, os “feixes de relações” são derivados dos documentos que são, efetivamente, “textos”. É razoável, no entanto, que o interesse do pesquisador seja isolar aquilo que não é do nível textual ou de sua relação com o contexto e seus sistemas de referentes, mas nunca ignorá-los empiricamente e metodologicamente. Fecharemos a discussão, mostrando como Foucault traz a noção de estrutura para o nível do discurso, sempre tendo o cuidado de negá-la, por meio de três conceitos ou categorias que nos interessam especialmente, a começar pelo de *enunciado*:

O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); [...] é que ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço. (idem, ibidem, p. 98-99).

Certamente os enunciados, tal como definidos pelo autor, estão implicados em relações estruturais discursivas tais como as da língua, mas de outro nível que não o fonológico e o sintático. Além disso, é preciso lembrar, a definição de Foucault omite o fato de que fonólogos e sintaticistas partem igualmente de conjuntos de dispersão muito semelhantes aos que ele se propõe a tratar em relação aos enunciados, ainda que muito menos complexos. Nesse sentido, seus comentários sobre a relação entre enunciados e formações discursivas são bastante esclarecedores, sempre na linha da “contradição produtiva”:

Um enunciado pertence a uma formação discursiva, como uma frase pertence a um texto, e uma proposição a um conjunto dedutivo. Mas enquanto a regularidade de uma frase é definida pelas leis de uma língua, e a de uma proposição pelas leis de uma lógica, a regularidade dos enunciados é definida pela própria formação discursiva. A lei dos enunciados e o fato de pertencerem à formação discursiva constituem uma única e mesma coisa; o que não é paradoxal, já que a formação discursiva se caracteriza não por princípios de construção mas por uma dispersão de fato, já que ela é para os enunciados não uma condição de possibilidade, mas uma lei de coexistência, e já que os enunciados, em troca, não são elementos intercambiáveis, mas conjuntos caracterizados por sua modalidade de existência. (idem, ibidem, p. 135).

Percebemos aqui, novamente, que o autor nega, sem prová-lo, não apenas a interdependência dos diferentes sistemas e estruturas, mas também suas relações de homologia. Como seria isso possível? Como “a língua e a sociedade se interpenetram”, como nos ensina Bakhtin e como Foucault pressupõe, de certo modo, sem nenhum tipo de homologia? Em que se baseia a construção dos feixes de relações senão na abstração estrutural da materialidade de fonemas, morfemas, frases, textos e discursos, sendo o que nos permite (re)conhecê-los?

Vejamos, finalmente, os conceitos de *discurso* e *prática*, derivados da concepção de enunciado discutida acima:

[...] Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva; [...] é constituído por um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência.

[prática discursiva] [...] é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa. (idem, ibidem, p. 135-136).

Bem lembradas todas as considerações já feitas aos limites de rigor do método e do recorte empírico da arqueologia foucaultiana, diremos que um *discurso* é sim um conjunto ou um sistema de enunciados que pode ser definido precariamente em uma *formação discursiva*. Do mesmo modo, consideraremos que uma *prática* é um conjunto de regras históricas (anônimas necessariamente) que definem *parcialmente* as condições de enunciação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de todas as ressalvas ao nível de explicitude e sistematicidade feitas à exposição metodológica da arqueologia foucaultiana, o que se quer enfatizar, realmente, é toda a produtividade de modalização empírica de que sua proposta é capaz. É preciso sempre lembrar que o “ciframento” que, muitas vezes, ofusca a riqueza da crítica documental foucaultiana para leitores que buscam recursos propriamente metodológicos em sua obra é, última análise, resultado dos embates ideológicos do contexto da intelectualidade francesa nas décadas de 1950 e 1960. Tome-se, por exemplo, o caso de Michel Pêcheux que sistematicamente rejeita e incorpora o trabalho de Foucault e que, nos primórdios dessa relação de “amor e ódio”, escreve contra seu colega com o pseudônimo de

“Thomas Herbert”.

Foucault não quer assumir-se como (parcialmente) “estruturalista” no contexto da salvação althusseriana dos escritos de Marx e da força que isso traz a certos grupamentos políticos de esquerda. Pois que seja. Mas já faz muito tempo que isso perdeu os riscos que tinha. Neste caso, não nos faria mal seguir o conselho epistemológico de Umberto Eco: *empobrecer a empiria na medida da necessidade das demandas de complexidade e da capacidade teórico-metodológica que se possa construir*. Quer dizer, por derivação, para aprender algo de metodologia com Foucault não precisamos *reviver* sua “épica”: nós próprios temos nossas demandas éticas, estéticas e, por que não, objetivantes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHELARD, Gaston. *Epistemologia: Textos escogidos por Dominique Lecourt*. 2. ed. Traducción de Elena Posa. Editorial Anagrama: Barcelona, 1989.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 3. ed. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

COSTA, Alexandre. O fantasma estruturalista e a análise de discurso crítica. In: Simpósio Internacional sobre análise do discurso, 3. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2008.

ECO, Umberto. *A estrutura ausente*. 7. ed. Tradução de Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 6. ed. Tradução de Luís Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1969] 2002.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. 6. ed. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

GERALDI, J. Wanderley. *Sobre a questão do sujeito*. Campinas. 2008. Mimeografado.

MILANI, S. Elias. Historiografia Lingüística individual. *Revista Eletrônica GELCO 2008/2009*, Cuibá, p. 763-771: UFMT, 2008.

PAVEL, Thomas. *A miragem lingüística*. Ensaio sobre a modernização intelectual. Tradução de Eni Orlandi, Pedro de Souza e Selene S. Guimarães. Campinas: Pontes, 1990.

*Recebido em 23 de setembro de 2009.*

*Aceito em 20 de outubro de 2009.*